

O NORDESTE: O MEIO E O HOMEM

MANUEL H. A. DE MORAES

Depois de configurar, em grandes linhas, o quadro geográfico do Nordeste, o autor analisa as características de sua população. Do ponto-de-vista sócio-econômico, o Nordeste é uma região subdesenvolvida. Sua situação ajusta-se rigorosamente às condições definidas nos dez itens de ALFRED SAUVY para caracterização das áreas que ainda não atingiram um estágio de desenvolvimento. Sem possibilidades de promoção vertical, a população nordestina busca na mobilidade horizontal a libertação do círculo infernal do desemprego e do pauperismo.

O NORDESTE que aqui vamos considerar não é o Nordeste do polígono das sêcas, segundo a definição oficial que inclui os Estados de Sergipe, Bahia e Minas Gerais, mas o Nordeste histórico, o Nordeste por assim dizer clássico, limitado ao Sul pelo rio São Francisco. Nesse Nordeste, distinguimos a parte ocidental, constituída pelos Estados do Maranhão e do Piauí, e a parte oriental, também chamada de — saliente sôbre o Atlântico. É principalmente nessa zona oriental, nesse saliente, que vamos concentrar nossas atenções.

A região do Nordeste, segundo a divisão do Conselho Nacional de Geografia, abrangendo os Estados que se voltam para o mar desde o Maranhão até Alagoas, abriga uma população que, de acôrdo com o Recenseamento Geral de

1960, se situava ao nível dos 15 e meio milhões de habitantes (15 677 925). Menor que as apuradas nas Regiões Leste (24 832 611) e Sul (24 680 431). Figurava em 1960, portanto, em terceiro lugar, dentre as cinco grandes regiões geo-econômicas do país.

Ainda incluindo o chamado Nordeste Ocidental (Maranhão e Piauí), a densidade da população figurava também em terceiro lugar (16,4 habitantes por quilômetro quadrado), e abaixo da região Leste (19,9) e da região Sul (30,5).

Mas, se tirarmos o Maranhão e o Piauí, que formam uma área já hoje encarada como Meio-Norte, designação definidora da transição entre as regiões do Norte e do Nordeste, vemos que aquelas relações de densidade se alteram substancialmente. É que o conjunto dos Estados integrantes do saliente — do Ceará a Alagoas — passa a ocupar o primeiro plano, com 30,9 habitantes por quilômetro quadrado, vindo a região Sul em segundo lugar (30,5) e, em terceiro, a região Leste (19,9).

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL

Estamos, portanto, em face de uma das mais densas ilhas demográficas do país. A densidade de 30,9 habitantes por quilômetro quadrado, no Nordeste Oriental, embora seja, como vimos, a maior dentre as demais regiões, ainda não diz tudo quanto à concentração populacional ali existente. É que, sendo o Nordeste uma região bastante diversificada em seus aspectos fisiográficos e humanos, a população se distribui de maneira muito irregular. A média de 30,9 habitantes por quilômetro quadrado perde em grande parte a expressão quando verificamos a existência de zonas onde a densidade alcança mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado, chegando mesmo em tórno de 150. É o caso da chamada mata canavieira, nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

No primeiro dêesses Estados, a cultura da cana de açúcar se fêz responsável, historicamente, pela forte concentração que desequilibra perigosamente o efetivo demográfico do

mais importante Estado da região. Enquanto os 14 mil quilômetros quadrados dessa área que cerra sôbre o Recife reúnem uma população cuja densidade atinge tão altos níveis (quase duas vêzes a da França), o Agreste e o Sertão apresentam-se sensivelmente rarefeitos. No Agreste, vamos ainda encontrar densidades relativamente elevadas, mas no Sertão, que representa cêrca de dois terços da superfície estadual, o número de habitantes oscila entre 5 e 9 por quilômetro quadrado.

O Ceará oferece realidade diversa. A população, ali, se distribuí de modo menos irregular. A explicação reside no fato de que nesse Estado as áreas sêcas alternam com as úmidas. O sertão vai até o mar; e a mata chega aos limites extremos do sertão. A zona do Cariri, bem ao Sul do Estado, praticamente confinando com a Paraíba e Pernambuco, constitui exemplo bem expressivo dessa alternância. Em consequência, é o Ceará um dos Estados que mais sofrem os efeitos das sêcas — efeitos humanos, diretos, bem entendido.

Na Paraíba, as condições são um tanto melhores. Aí, não sòmente a população se distribuí de maneira menos irregular como as sêcas produzem distúrbios comparativamente menores. A zona sertaneja, ou seja, a zona semi-árida, é, na Paraíba, sensivelmente menor e menos áspera do que em Pernambuco. Isso contribuí para que a população não se apresente, como neste último Estado, tão adensada numas zonas e noutras tão rarefeita.

O Rio Grande do Norte, dentre os Estados do saliente nordestino, é o de menor população absoluta e também relativa. Enquanto a densidade, no Ceará, alcança 22,6 habitantes por quilômetro quadrado, na Paraíba, 35,8, em Pernambuco, 42,1, e em Alagoas, 46,0 — no Rio Grande do Norte não vai além de 21,8, nível ainda assim bem alto, em comparação com a média nacional de 8,38. A explicação deve encontrar-se no fato de que o Rio Grande do Norte, no conjunto nordestino, é o Estado que apresenta base física mais precária. A agricultura não encontra ali senão pequenas manchas de solos cultiváveis. As principais fontes de riqueza, nessa área, estão nas jazidas minerais e no sal.

Como se vê, o importante núcleo demográfico do Nordeste Oriental, consideravelmente adensado numa área e bastante rarefeito noutras, acompanha, nessa extrema variedade de concentração, a forte diversificação geográfica regional.

Considerada em seu conjunto, essa população apresenta índices sanitários e educacionais típicos das regiões subdesenvolvidas. Conhecido especialista em estudos de população, ALFRED SAUVY (*Théorie Générale de la Population*, Presses Universitaires de France, 1952), relaciona dez itens que, a seu juízo, caracterizam as áreas subdesenvolvidas. Esses itens, em sua grande maioria, situam-se no setor específico da população. A população nordestina está bem próxima, como mostraremos, dos itens fixados por ALFRED SAUVY, a saber:

1. Forte mortalidade, notadamente infantil. Vida média curta (30 a 40 anos).
2. Forte fecundidade, vizinha da fecundidade fisiológica ou, pelo menos, ausência de prevenção de nascimentos.
3. Alimentação insuficiente, inferior a 2.500 calorias e, sobretudo, pobre em proteínas.
4. Forte proporção de analfabetos (quase sempre próxima dos 80 %).
5. Forte proporção de pescadores e lavradores.
6. Subemprego por insuficiência dos meios de trabalho.
7. Escravização da mulher. Nenhum trabalho fora do lar.
8. Trabalho das crianças a partir de 10 anos ou mesmo antes.
9. Ausência ou debilidade das classes médias.
10. Regime autoritário sob formas diversas.

Se aplicarmos ao Nordeste essas medidas, e já aqui poderemos incluir não só o Nordeste Ocidental, também chamado de Meio Norte (Maranhão e Piauí), mas igualmente a área situada ao sul do rio São Francisco, abrangendo Sergipe e a parte do território baiano que vai até o

Recôncavo e se prolonga pela zona do cacau — verificaremos que elas pouco ou nada se afastam da realidade descrita por SAUVY. Bem mais sensíveis numas áreas que noutras, é certo, mas, em média, guardando proporções ainda desalentadoras.

As taxas de natalidade e de mortalidade, no Nordeste, são das mais elevadas do Brasil. Estudos realizados pelo Laboratório de Estatística do I.B.G.E. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), relativos ao período intercensitário de 1940/1950, mostram que a vida média das populações nordestinas era, então, a seguinte, por Estado: Maranhão, 41,2 anos; Piauí, 42,7; Ceará, 45,0; Rio Grande do Norte, 42,7; Paraíba, 42,4; Pernambuco, 42,7; Alagoas, 38,8. A média brasileira não se situava em nível muito diverso, apenas ligeiramente mais alto. Todavia, na região centro-meridional, a expectativa de vida atingia os 50 anos na maior parte das áreas, e até um pouco mais.

Sabe-se que a região nordestina detém as mais elevadas taxas de mortalidade infantil do país. Segundo pesquisas da mesma fonte (I.B.G.E.), no biênio de 1948/50 o contingente dos falecidos no primeiro ano de idade sobre 1 000 nascidos vivos ascendia, no Recife, a 244. Em Fortaleza, no biênio de 1947/49, essa taxa era de 236. Para efeito de comparação, vai aqui a taxa referente ao Brasil, no decênio de 1940/50: 171 por mil nascidos vivos.

INCREMENTO DA POPULAÇÃO

Quanto ao incremento da população nordestina, vem-se verificando, através dos Recenseamentos Gerais de 1940, 1950 e 1960, certo decréscimo, embora continuem ainda comparativamente altas as taxas respectivas. Para o conjunto do Nordeste (do Maranhão até Alagoas), essa taxa era de 23 por 1 000 habitantes no decênio de 1940/50. No decênio seguinte — 1950/60 — ela era de 21.

Dentre os Estados compreendidos na área, somente o Maranhão registrou aumento — e aumento, aliás, sensível, pois de 26 no primeiro daqueles decênios a taxa subiu para 44 no segundo. Infelizmente, não dispomos de meios para

saber a que se deve tão forte acréscimo. Contudo, a insólita elevação da taxa naquele Estado, em período relativamente curto, sugere que parte da queda verificada nos demais poderá ter-se originado do deslocamento de indivíduos para os chamados vales úmidos maranhenses.

A título de ilustração, daremos a seguir as taxas referentes a cada um dos Estados restantes, de acôrdo com elementos colhidos no Serviço Nacional de Recenseamento. No decênio de 1940/50: Piauí, 25; Ceará, 26; Rio Grande do Norte, 24; Paraíba, 19; Pernambuco, 24; e Alagoas, 14. No decênio de 1950/60: Piauí, 17; Ceará, 20; Rio Grande do Norte, 16; Paraíba, 15; Pernambuco, 19; e Alagoas, 14. Convém assinalar que a taxa de incremento da população no conjunto do país tem aumentado, situando-se, conforme os resultados do Recenseamento Geral de 1960, um pouco acima de 30 por 1 000 habitantes.

O terceiro item de ALFRED SAUVY, em sua caracterização de áreas subdesenvolvidas, prende-se à alimentação, em regra inferior a 2 500 calorias e, sobretudo, pobre em proteínas. Aqui o assunto foge ao nosso tema para colocar-se mais próximo de investigações sociológicas. Entretanto, não invadiremos os domínios próprios dessas investigações se adiantarmos, com mínima ou nula possibilidade de êrro, que a população nordestina se enquadra naquele esquema. Faça-se apenas uma ressalva: a de que, nas zonas sertanejas, as proteínas figuram razoavelmente na alimentação, graças a dois fatôres — a maior presença de bovinos e principalmente caprinos, e a relativa rarefação demográfica verificada nessas zonas.

PAUPERISMO E IGNORANCIA

Na população nordestina é impressionante a proporção de analfabetos. Ainda segundo o Serviço Nacional de Recenseamento (Censo de 1950), dos 10 379 574 habitantes encontrados no Nordeste a 1 de julho de 1950, 7 763 909 não sabiam ler nem escrever — isto é, 74,8%. Na mesma ocasião, a taxa nacional de analfabetos era de 42,7%.

Até mesmo nas capitais e cidades maiores, as taxas de analfabetos mostram-se demasiado elevadas. Uma cidade da

importância do Recife, a terceira do país em população, capital não apenas de um Estado, mas, na verdade, de uma região inteira, apresenta cêrca de 50% de analfabetos. Em contraposição, cidades menores, na região Centro-Sul do país, como Curitiba e Florianópolis, para não citar São Paulo ou Pôrto Alegre, mostram índices de alfabetização muito melhores, animadores mesmo no confronto com outras áreas menos atingidas do que o Nordeste por essa chaga que tanto nos inferioriza.

É certo que a forte proporção de analfabetos, não só no Recife como nas outras capitais e cidades maiores da região, resulta da massa de indivíduos que acorre para os grandes centros urbanos, oriundos do campo, na tentativa de obter melhores condições de vida. Principalmente o Recife suporta essa incessante sobrecarga de pauperismo, ignorância, doença e subemprego, que tanto onera os encargos assistenciais da capital pernambucana.

A expressão subemprego, convém assinalar, mascara, ali, realidade mais dura e áspera. É que êsse subemprego, em muitos casos e em largas faixas do Nordeste — como a açucareira, por exemplo, nas épocas de entre-safra —, é desemprego mesmo. Além disso, ainda se observa na região o nomadismo de mão-de-obra nos períodos de corte da cana, grupos numerosos que se deslocam do sertão e do agreste para a mata canavieira e, depois, retornam, para renovar cada ano êsse vaivém sem esperança.

A vida dêsses grupos, que são numerosos, e integram de fato o grosso da população nas áreas de maior densidade demográfica, subordina-se a um padrão dos mais baixos. Trabalham todos. O chefe da família, a mulher, os filhos, a partir dos oito a nove anos de idade, desde que possam bem ou mal sopesar os instrumentos de trabalho.

A estrutura sócio-econômica da região, nessa tão falada área canavieira, sedimentada por séculos de produção monocultora, não permite outros efeitos históricos. Alarguemos êste parêntese nas considerações sôbre a população nordestina, para acrescentar que, na área mais densa, já citada, onde vamos encontrar mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado, as propriedades rurais se fazem notar por sua extensão. É o caráter a um tempo intensivo e extensivo da cul-

tura da cana-de-açúcar que assim o exige, fato mais e mais agravado pelo advento das grandes usinas, não dirigidas por um dono, um proprietário e patrão presente e visível, mas por firmas impessoais, sociedades anônimas, bancos e entidades do gênero.

DEBILIDADE DAS CLASSES MÉDIAS

Num ambiente dominado por semelhante estrutura, é claro que se faz sentir com particular intensidade aquêle fenômeno sintetizado pelo item nono do esquema de ALFRED SAUVY — o da ausência ou debilidade das classes médias. Cabe, ainda aqui, breve incursão pelo terreno sociológico. Largas pinceladas somente, para ajudar melhor a compreensão das causas que tornaram o Nordeste, com a sua forte concentração populacional e seus ínfimos padrões existenciais, o alvo das preocupações e receios no país e até fora dele.

O nódulo de todo êsse complexo reside na área monocultora. Fôrça e prestígio, como numa singular contradição, a monocultura canavieira se vê responsável hoje em dia pelos tumores sociais que ali se formaram. Foi essa monocultura, como se sabe, que produziu a chamada aristocracia rural do açúcar, saída de uma sociedade patriarcal, dominada históricamente pela figura do senhor-de-engenho.

Não houve aí lugar para a formação de classes médias. Desenvolveu-se nessa área, relativamente pequena em extensão, mas importantíssima pelas influências que projetou sobre a vida regional — sob o tríplice aspecto político, social e econômico — e até sobre a própria vida nacional em certos momentos, desenvolveu-se aí, dizíamos, uma endogamia, na formação dos clãs patriarcais, que ainda hoje conferem a essa área fisionomia peculiar.

Essa endogamia tem sido explicada por duas motivações. Uma, que parece mais plausível, originada do propósito de preservar a propriedade das terras, nas heranças. Daí os casamentos consangüíneos que vieram até os nossos dias. A outra, o desejo de manter o clã — bem entendido, o legí-

timo — limpo de misturas raciais. Era, sempre foi, uma sociedade de extremos em todos os sentidos. Abaixo dos senhores, no limite ínfimo, o submundo dos escravos, o pretume das senzalas. Nas vilas e pequenas cidades, os chamados homens livres, sem maior expressão política e econômica. Formavam êsses homens livres o grupo numeroso dos mestiços de tôdas as gamas, sem quaisquer preconceitos portanto, vivendo do artesanato urbano e de um pequeno e incipiente comércio.

As condições que prevalecem ainda hoje, no que se refere a essa estrutura sócio-econômica, só diferem, a bem dizer, no crescimento demográfico e no melhor aparelhamento industrial de fabrico do açúcar. Tanto o maior volume da população como a transformação dos velhos engenhos nas modernas usinas contribuíram grandemente para alterar as aparências exteriores, mas a essência não sofreu maiores modificações.

Ora, êsse quadro de realidades sociais e econômicas correu para o que, em nossos dias, se observa flagrantemente ali — a inexistência de classes médias conscientes de sua posição. Numa cidade como o Recife, essas classes médias, além de constituírem um núcleo comparativamente reduzido e pouco nuançado, não se comportam socialmente como integrantes de uma categoria intermediária entre o proletariado e as classes dirigentes, ou dominantes, se quisermos empregar um termo grato aos marxistas. Elas cerram sôbre as camadas superiores da sociedade. Sua atitude, seus hábitos mentais, sua concepção de valores confundem-se com o modo de pensar, de agir, de conduzir-se, enfim, das classes dirigentes.

Nas zonas do outro Nordeste, ou seja, do Nordeste mais interiorizado, o Nordeste mediterrâneo, abrangendo a área semi-árida, de população sensivelmente menos densa e onde se alternam dois gêneros principais de economia — o criatório e as atividades extrativas —, a fisionomia da sociedade difere muito da que predomina na zona monocultora, mas as lideranças são exercidas na base de um mandonismo, aqui e ali disfarçado de paternalismo, nos planos social, econômico e político.

É mínima a proporção de estrangeiros na população do Nordeste. Para os 12 e meio milhões de habitantes recenseados a 1 de julho de 1950, contavam-se apenas 8 076 estrangeiros e 1 339 brasileiros naturalizados. Não foi o Nordeste beneficiado com as correntes imigratórias que aportaram ao nosso país a partir de meados do século passado. O sangue nordestino destes dias ainda é o velho sangue que vem dos tempos coloniais, proveniente dos três troncos raciais formadores da nacionalidade. É freqüente dizer-se que o Nordeste é a mais brasileira de nossas regiões. E é exata a afirmação.

A miscigenação teve no Nordeste o cenário talvez mais expressivo em todo o país. Ainda segundo o Censo Demográfico de 1950, os pardos (mulatos dos mais variados matizes) somavam na região quase cinco e meio milhões de pessoas, montante bem significativo se levarmos em conta a tendência de não dar às perguntas censitárias, nesse capítulo da côr, respostas corretas. Os brancos totalizavam pouco mais de cinco e meio milhões, enquanto os pretos não chegavam a um milhão e meio. Os amarelos representavam-se apenas por 216 indivíduos, enquanto perto de 26 mil deixavam de declarar a côr.

Não são ainda disponíveis os resultados do Censo de 1960 segundo a côr, nem tampouco segundo o sexo, a nacionalidade e a instrução. Daí por que são utilizados aqui os dados relativos a 1950, que, a êste respeito, devem variar muito pouco, no tempo.

A variação quanto ao sexo é que talvez tenha sido maior, no intervalo entre os Censos de 1950 e 1960. Já em 1950 a diferença entre o número de homens e o de mulheres se fazia notar com um evidente desfalque de indivíduos do sexo masculino: 6 106 939 homens e 6 387 538 mulheres. A explicação reside na emigração de nordestinos para outras regiões. A maior parte dos elementos que deixam o torrão natal, para tentar a vida fora, se constitui de indivíduos não só do sexo masculino, mas de idades e ânimo capazes de enfrentar as novas situações que os esperam. A própria inicia-

tiva de emigrar denuncia, por si só, certo valor pessoal, algum relêvo de personalidade sôbre os que ficam.

MIGRAÇÕES

São escassos e insuficientes os dados a respeito das migrações internas. Os levantamentos relativos aos três últimos anos, constantes do *Boletim* n.º 36, de 1962, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, indicam que, em 1959, transitaram pela Rio-Bahia 128 806 pessoas; em 1960, 160 791; e, em 1961, 176 602.

Os migrantes vêm e voltam. Formam-se, assim, duas correntes: Norte-Sul e Sul-Norte. Os que vêm e não voltam são, porém, muito mais numerosos. Em 1959, vieram para o Sul 81 321 e regressaram 47 485; em 1960, 106 220 se deslocaram de seus Estados na mesma direção, enquanto 54 571 faziam o trajeto inverso; e, em 1961, 118 937 contra 57 665 que regressaram.

As maiores incidências da corrente Norte-Sul se verificam no Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Os que voltam saem de São Paulo e da Guanabara na maior parte.

Convém salientar que essas migrações não representam fenômeno recente. Outrora, quando não existiam facilidades de deslocamento para o Sul, era a Amazônia o foco de atração dos excessos demográficos do Nordeste, sobretudo na época de esplendor da borracha. Mais recentemente, a abertura da estrada Rio-Bahia e o forte surto de desenvolvimento do Centro-Sul concorreram para desviar quase exclusivamente para aí o fluxo de migrantes do Nordeste.

Os elementos estatísticos não referem a procedência dos migrantes, se das áreas secas ou das úmidas. Numa palavra: se se trata pura e simplesmente de flagelados pelas estiagens prolongadas, ou de massas que emigram apenas à procura de condições de vida menos ásperas. Não obstante essa omissão, pode-se adiantar sem receio de êrro que substancial parcela das correntes migratórias do Nordeste se enquadra no segundo caso, isto é, emigra em busca de situações melhores; foge, enfim, do subemprego e do extremo pauperismo que êle engendra.